

Da distribuição geográfica das referidas tampas sepulcrais (S. Tiago de Cacém, Beja, Ourique) podemos concluir o encontro de influências diferentes: as de SE. far-se-iam pelas províncias espanholas da Estremadura e Andaluzia, as do N. por via marítima e fluvial. A disposição dos locais aonde apareceram as lajes dum e doutro lado do rio Sado poderá justificar esta hipótese.

MANUEL HELENO.

(Comunicação ao XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pre-histórica).

### Povoações portuguesas vindas do passado<sup>1</sup>

#### I.—Vivendas pre-historicas. Castros lusitanos em geral; vestígios d'elles em tempos modernos.

Os incolas primitivos do territorio que com o andar do tempo veio a chamar-se PORTUGAL viviam em campinas, em vales, em montes, servindo-se de moradas que devemos imaginar serem choças feitas de pernadas de arvores, como as dos pastores, ou de pedra sôlta, cobertas de ramagens,—e por vezes tambem em grutas naturais. Assim acontecia, por exemplo, nas cercanias de Lisboa, na Furninha (camada inferior da gruta), no Ribatejo, em praias minhotas,—durante idades denominadas respectivamente da pedra lascada ou paleolitica, dos kjækkenmöddinger, e asturiense.

No *Peuplement du Portugal aux temps préhist.*<sup>2</sup>, e na *Toponimia & Arqueologia*<sup>3</sup> mostrou-se que os nossos monumentos funerarios dos tempos pre-historicos, que os archeologos chamam *dolmens*, e o povo *antas*, *orcas*, *mamôas*, etc., deixaram até o presente inumeros vestígios materiais e toponimicos,—o que declara que a nossa terra foi então muito povoada: tais monumentos deviam corresponder a grupos de habitações, posto que pouco saibamos d'elas. Não apareceram ainda entre nós *fonds de cabanes* bem

<sup>1</sup> Este artigo pertence á *Etnografia Portuguesa* que o autor d'ele está escrevendo: é extraído do liv. I (*A terra de Portugal*), pt. 2.<sup>a</sup> (*Historia de territorio*), secção B (*Povoamento*), da qual constitue o cap. I.

<sup>2</sup> = *Opusc.*, v, 38 sgs.

<sup>3</sup> = *Opusc.*, III, 278).

definidos como na Belgica e na França, que até têm permitido que com eles se constituíssem curiosas cartas topograficas; mas é natural, como de muitas investigações archeologicas se infere, que já nos tempos neolíticos os antigos Lusitanos começassem a residir em castros ou montes fortificados<sup>1</sup>: residencias essas que sabemos gozaram de algum florescimento nas idades calcolitica e do bronze em Liceia, na Rotura (Setubal), no Outeiro de S. Mamede de Obidos, e em fases antigas do Castelo de Pragança, de Chibanes, dos Vidais, — e florescimento sobretudo apreciavel em espolios da idade do ferro.

São os castros, mormente os d'esta idade — castros em sentido estrito — cujos nomes originarios ou se ignoram, ou só alguma rara vez se entrevêm, as mais antigas povoações lusitanicas a que posamos fazer ascender povoações nossas de agora. Quem, como se disse nos *Opusculos*, III, 280-281, formasse um mapa das povoações modernas ou medievais, chamadas em português *Castro* ou *Craсто*, *Castelinho*, *Cividade*, etc., que directa ou indirectamente lhes correspondem, verificaria quanto elles abundavam por todo o Portugal, com especialidade nas provincias do Norte e Centro, como mais montanhosas. Diz-se aqui *directa ou indirectamente*, porque, se ha povoações de tais nomes, que assentam em castros, ou lhes estão contiguas, outras tomariam, e ás vezes tomaram, os nomes d'elles, por lhes ficarem nas vizinhanças. E tambem ha povoações que, apesar de proximas de castros, não receberam d'elles denominação.

Os castros apresentam uma ou várias ordens de muralhas, que em certos casos chegam a atingir quatro metros de espessura, como na Curalha, perto de Chaves. Estão por vezes arruados: com ruas principais e transversais. As casas têm fórma circular, quadrangular, ou oblonga, já dispostas em bairros, já dispersas; ha-as com vestibulos, que seriam alpendrados, e com construções anexas, talvez para gados. Na Citania de Briteiros descobriram-se mais de 150 casas; e contando as que ainda estão soterradas, e as que de todo desapareceram, calcula um illustre archeologo, que ultimamente explorou e estudou as ruinas do monte, que o número total excederia o dôbro<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Vid. *Classes de povoações*, p. 14.

<sup>2</sup> O leitor que desejar mais alguns pormenores acêrca dos castros, e do viver dos castrejos, veja, por exemplo: *Religiões da Lusit.*, II, 79 sgs.; *AP*, VIII, 15 sgs.; Santos Rocha, *Noções pre-romanas da idade do ferro*, Porto 1908 (separata da *Portugalia*); Marques da

\*

Povoações actuais que assentam em castros, por ininterrupta tradição arcaica, ou por casual revivescencia, são, por exemplo: a Cidade, no concelho de Melgaço, que assenta num castro lusitano-romano<sup>1</sup>; S. Lourenço, no de Chaves, num castro talvez tambem

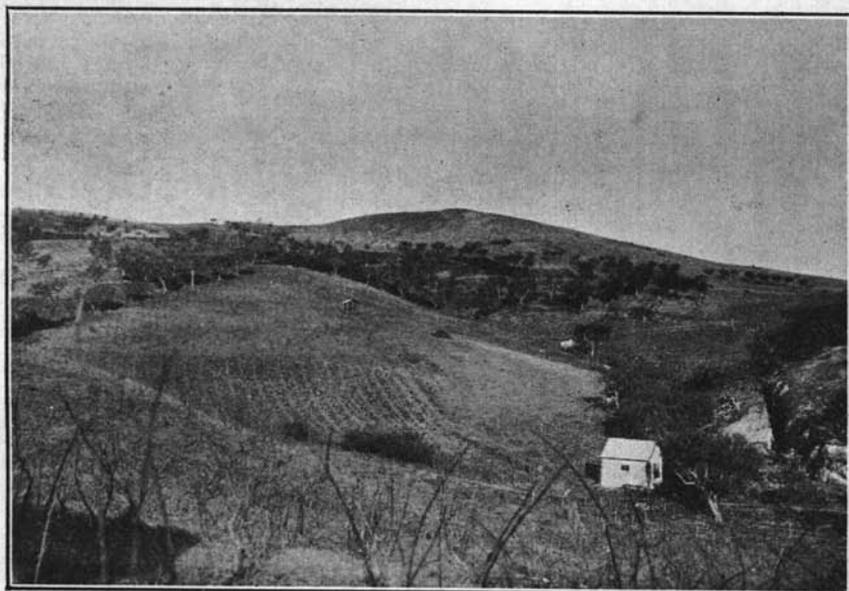


Fig. 1.—Estação paleolítica do Casal do Monte

lusitano-romano; Liceia ou Leceia, no de Oeiras, num castro calcolítico: todas tres muito mediocres. A povoação de Vilarinho de Cotas, no concelho de Alijó, ocupa tambem terrenos em que existe um castro<sup>2</sup>; e diz o P.<sup>o</sup> Cardoso que a povoação de Castro, termo de Vinhais, fica situada num monte em que ha vestigios de fortaleza e povoação antiga, com alicerces e valos<sup>3</sup>.

De outras povoações relacionadas com castros não se faz mais larga menção, porque não se acabaria nunca. Tantas são elas!

Costa, *Estações prehistor. dos arredores de Setubal*, Lisboa 1910 (separata do AP); Mendes Corrêa, *Povos primitivos*, p. 293 sgs.; Mario Cardoso, *Citania e Sabroso*, Guimarães 1930 (ed. da Sociedade de Martins Sarmento).

<sup>1</sup> Vid. AP, XXIX, 31 sgs.

<sup>2</sup> R. Severo, in *Portugalia*, II, 263.

<sup>3</sup> *Diccion. geografico*, II, 527, B.

Dá-se na fig. 1 (parte mais elevada) uma vista do Casal do Monte (arredores de Lisboa), estação da idade da pedra lascada<sup>1</sup>,

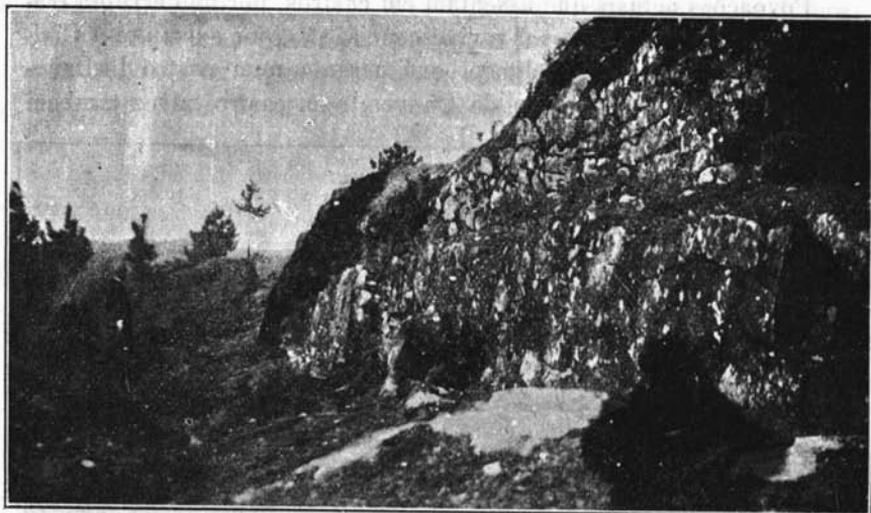


Fig. 2.—Castro pre-romano de Sabroso

e nas figs. 2 e 3 vistas das ruínas do castro pre-romano de Sabroso (muralhas, e casas)<sup>2</sup>.

## II.—Outras povoações pre-romanas

Os seus nomes conhecemo-los pela literatura antiga e pela epigrafia, e devemos aqui formar tres grupos com elas:

1) Povoações que perduraram até hoje com os nomes, por exemplo: *Abelterion*, *Bracara*, *Cales*, *Ebora*, *Equábona*, *\*Igaeditania*, *Laccobriga*, *Langobriga*, *Myrtilis*, *Olisipo (Olisippo)*, *Sirpa*<sup>3</sup>. Poderemos juntar *\*Brigantia*<sup>4</sup>.—Povoações modernas que lhes correspondem: respectivamente, Alter Pedroso, Braga, Porto, Évora, Còina, Idanha

<sup>1</sup> Vid. a respeito d'esta estação J. Fontes, *O homem fossil em Portugal*, pp. 36-39. A gravura assenta numa fotografia expressamente tirada pelo meu amigo o Ex.<sup>mo</sup> Engenheiro Joaquim de Sousa Nunes.

<sup>2</sup> Conforme fotografias do S.<sup>or</sup> Capitão Mario Cardoso, a quem já se fez referencia supra, p. 191, nota.

<sup>3</sup> Vid. *Religiões*, II, 366-369. Acêrca de *Laccobriga* vid. tambem *De terra em terra*, II, 290.

<sup>4</sup> Vid. *Opusculos*, III, 330.

-a-Velha, Lagos, Langroiva (Longroiva), Mertola, Lisboa, Serpa, Bragança.

2) Povoações que perduraram sim, mas com mudança dos nomes, por exemplo: *Aeminium*, *Ammaia*, *Aritium*, *Baesuris*, *Collippo*, *Conimbriga* ou *Conimbrica*, *Ossonoba*, *Portus Hannibalis*, *Scallabis*



Fig. 3.—Castro pre-romano de Sabroso

(*Scalabis*)<sup>1</sup>.—As povoações modernas que hoje correspondem a estes nomes, ou que estão situadas nos aros das antigas, são, respectivamente: Coimbra, Aramenha, Alvega, Castro-Marim, Leiria, Condeixa-a-Velha, Faro, Portimão, Santarem.

3) Povoações de que sabemos os nomes, mas cujo *ubi* exacto não se fixou ainda, por exemplo: *Arábriga*, *Caladunum*, *Calanticum*, *Sellium*, *Talábriga*, *Tubucci*. É natural que ás vezes lhes correspondam povoações modernas, cujos nomes semelhantemente ignoramos.

Nos nomes distingue-se multipla cronologia: uns mais antigos, como *Ossonoba*, e os em *-ipo* ou *-ippo*; outros mais modernos (celticos), como os em *-briga* e *-dunum*. Certas grafias antigas e certas fórmulas romanicas, provindas do iberico ou do celtico, permitem-nos determinar a pronúncia de alguns nomes.

<sup>1</sup> Vid. *Religiões*, II, 366-369.

A duplicidade do *p* em Olisippo, uma das grafias do nome da cidade do *Tagus*, leva a crer que o penultimo *i* era longo, e portanto acentuado: vê-se ao mesmo tempo que a melhor grafia era *-ipo*, por ser essa, com *p* singelo, a que explica que o *p* dêsse *b* em bôca romanica, o que já se documenta no tempo dos Visigodos: vid. sub-cap. iv.

O estar representado por *Huelva*, na Hespanha, o nome antigo Onoba, mostra que o segundo *o* era breve, *Onôba*: e por isso *Ossonoba*, que tem manifesta relação com aquele, era *Ossonôba*, e soava *Ossónoba*. A Saetabis, tambem na Hespanha, corresponde hoje

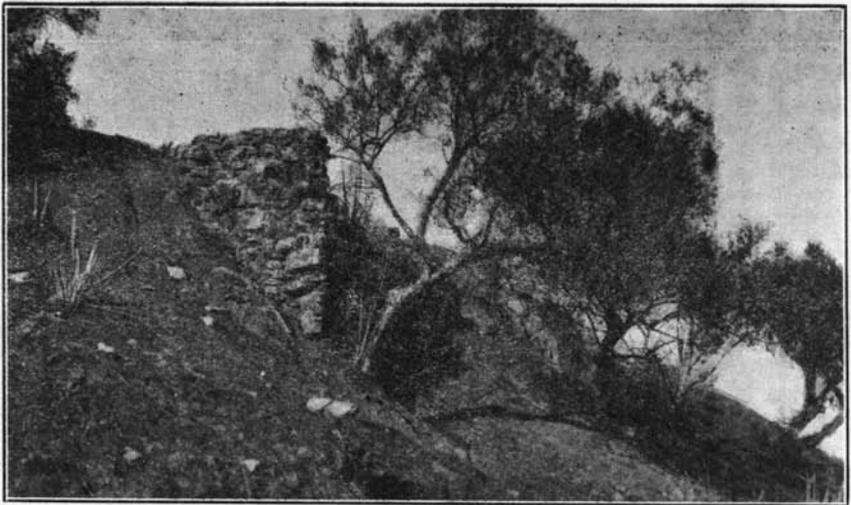


Fig. 4. — Castelo-Velho de Santiago de Cacem

*Jativa*, do que se deduz que o *a* d'aquêle era breve, *Saetäbis*, e assim pois tambem o era o penultimo *a* de *Scallabis* (*Scalläbis*) d'onde *Scällabis* (*Scaläbis*). Se o segundo *i* de *Conimbriga* não fosse breve (*Conimbrîga*), e portanto átono, não se havia transformado este nome em *Coimbra*; vê-se *ipso facto* que a boa grafia antiga era *-iga*, e não *-ica*, pois, se fosse *-ica*, o *-c-* não se sincoparia na pronuncia.

De *-briga* e *-dunum*, que entram nos nomes compostos, e significam «arx», resulta que, pelo menos, algumas das povoações ou cidades ficavam em eminencias, isto é, pertenciam ao número dos castros, como as do sub-capitulo I; o que tambem em parte sabemos pela inspecção d'elas. A par havia-as com vária situação: em planuras, nas margens de rios, á beira-mar.

No que toca ao encadeamento topografico das mesmas e analogas povoações proto-historicas, vid. *Religiões*, II, 7-47; para o nosso

caso, apenas têm aqui importancia os nomes constantes dos §§ 1 e 2.—É claro que hão-de existir muitas outras povoações entroncaveis na epoca de que se está falando; porém só a explorações futuras fica possivelmente reservado o lançar sobre isto alguma luz.

Na fig. 4 dá-se uma vista de parte das ruínas das muralhas do Castelo Velho de Santiago do Cacem, que representa uma povoação lusitano-romana; as arvores que se vêem junto d'elas são oliveiras<sup>1</sup>.

### III.—Dominação romana

Posto que os Romanos viessem para a Peninsula no sec. III a. C., só temos noticia da chegada d'elles ao nosso territorio no sec. II (em 193). A principio entraram com intuitos puramente comerciais; para logo porém voltaram em tom de guerra: e esta prolongou-se até o tempo de Augusto, em que a dominação se consolidou<sup>2</sup>.

A conquista e romanização da Lusitania trouxe para esta, e para a quasi totalidade da Peninsula, nova civilização material, novos habitos de vida, nova religião, nova lingua, e de certo tambem alguma alteração na ethnica.

Pela historia sabemos que os Romanos fizeram estrago e ruína nos castros<sup>3</sup>. Por outro lado diz Estrabão que eles transformaram em aldeias a maior parte d'estes, e edificaram melhor algumas<sup>4</sup>. De comêço tudo seria sobressalto. Com o tempo veio a pacificação, a cujos beneficios aludem as palavras do geografo grego.

Se alguns castros foram cedo desamparados de seus moradores, como se infere do de Sabroso<sup>5</sup>, onde a influencia romana pôde dizer-se nula, outros foram romanizados, ou pelo menos, em muitos encontram-se vestigios da acção do povo-rei. O castro mais notavel a este respeito, talvez por melhor estudado, é o da Citania de Briteiros, no Minho, universalmente conhecido, mercê dos esforços do grande investigador e devotado patriota que foi Martins Sarmiento. Bastará percorrer o leitor os volumes d'*O Archeologo Português*,

<sup>1</sup> A gravura assenta numa fotografia tirada de proposito pelo S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> João Gualberto da Cruz e Silva, que benemeritamente explorou as ruínas.

<sup>2</sup> Vid. *Religiões*, III, 100-154.

<sup>3</sup> *Ibid.*, III, 128.

<sup>4</sup> *Ibid.*, III, 171, nota 1.

<sup>5</sup> Cfr., supra, figs. 2 e 3.

desde o 1.º, e os dois volumes da *Portugalia*: e aí se lhe deparará bom numero de provas de romanização de castros: inscrições, cerâmica, vidros, metais. Em alguns têm aparecido numismas, que atingem o sec. IV, o que póde ás vezes denotar ainda epoca posterior, porque os Suevos e Visigodos só cunharam moedas de ouro, e deviam, a par com as suas, continuar a servir-se das romanas.

Esta permanencia de Lusitanos em castros concordava com outras tradições do passado que no mesmo povo vemos arreigadas por todo o dominio romano, tais como divindades indigenas, simbolos religiosos ou magicos, nomes de pessoas, usos artisticos e industriais. Contudo, viver nos castros depois da pacificação tornava-se cada vez menos cómodo, e deviam ir sendo deixados a pouco e pouco.

Descidos do alto dos montes os castrejos para vales e para terrenos produtivos e abrigados, começaram os Romanos — escreve A. Sampaio com referencia ao Minho, mas ás suas palavras pode dar-se applicação mais lata — a ensinar-lhes «a aproveitar melhor as suas terras, o direito da propriedade, os diferentes modos de adquirir, a delimitação das glebas com marcos, etc.; e deram-lhes a sua palavra *villa* para designar uma propriedade rustica, termo que sobreviveu a todas as invasões e devastações posteriores, até chegar quasi á fundação do Estado português»<sup>1</sup>.

As *villas* romanas do nosso territorio eram inúmeras, como de testemunhos toponimicos, apreciados mais adiante, se mostrará relativamente ao Norte e á Beira. Á parte esses testemunhos, possuímo-los directos, ministrados pela Archeologia, tanto a respeito das indicadas regiões, como tambem a respeito do Sul: em Tralhariz (Trás-os-Montes)<sup>2</sup>, no litoral da Póvoa de Varzim<sup>3</sup>, num campo ao pé da casa do Paço (Guimarães)<sup>4</sup>, na Senhora do Desterro (Montemor-o-Velho)<sup>5</sup>, em Leiria<sup>6</sup>, em Santa-Vitoria do Ameixial<sup>7</sup>,

<sup>1</sup> *Estudos*, I, 505. E cf. o mesmo volume, pp. 37, 41 sgs.

<sup>2</sup> Vid.: *AP*, V, 193; *Portugalia*, I, 391.

<sup>3</sup> José Fontes, *Restos de uma villa lusitano-romana*, Porto 1905.

<sup>4</sup> A. Sampaio, *Estudos*, I, 81-82.

<sup>5</sup> Santos Rocha in *Portugalia*, I, 815.

<sup>6</sup> Vid. *AP*, V, 330; VII, 313.

<sup>7</sup> Espolio no Museu Etnologico. Em 1890, quando o autor da presente obra era ainda Director efectivo do Museu, falaram-lhe a primeira vez da existencia d'estas ruinas, isto é, disseram-lhe que numa herdade da aldeia de Santa Vitoria estava «enterrada uma povoação» (cf. *AP*, XXIII, 360, onde, na citação que se faz do vol. XVII, deve porém ler-se pagina «284», e não «248»); em 26-

nos arredores de Portimão e de Lagos<sup>1</sup>. É pena que não se fizessem ainda neste sentido tantos estudos, como se desejariam<sup>2</sup>.

Por todas as provincias de Portugal se encontram em ermos, em campos, nos arredores de povoações restos antigos, que consistem em pedaços de muros e caqueirada, de ordinário da epocha romana,



Fig. 5.—Do mosaico romano de Santa Vitoria

aparecidos á superficie da terra, ou a alguma profundidade, por occasião de lavouras. A tais ruínas tenho ouvido chamar no Algarve *alcariais*<sup>3</sup>, e no Norte do Alentejo *moradeias*<sup>4</sup>, e correspondem em

—VIII—1912 teve occasião de visitar o local (cf. *AP*, xvii, 284—*De terra em terra*, II, 119); depois d'isso soube, por informações que um amigo lhe enviara do Alandroal, do fortuito aparecimento de um extenso mosaico romano no mesmo sitio: e vindo a adquirir para o Estado o direito da exploração total das ruínas, encarregou d'ela o então Preparador Luís Chaves, que desenterrou do solo a supra-mencionada «povoação» ou *villa* romana, e não só escreveu a seu respeito um opusculo, *Latifundio de Romanos no Alentejo*, Lisboa 1922, mas está preparando para o *AP* desenvolvida noticia.—Os nomes greco-latinos que acompanham as figuras dos ventos representadas no mosaico, de que acima se falou, e que ora está no Museu, foram já publicados por quem escreve estas linhas: vid. *Opusc.*, III, 478. Na fig. 5 representa-se um fragmento do mesmo mosaico (embarcação: *quadrireme*).

<sup>1</sup> Vid. *De terra em terra*, II, 262-264.

<sup>2</sup> Cf. sobre o assunto tambem *Religiões*, III, 176-178.

<sup>3</sup> *Religiões*, III, 175, nota 9.

<sup>4</sup> *AP*, xxv, 118, e nota.

parte aos *despoblados* de Hespanha. Não sei de nenhuma povoação assim denominada, ainda que suponho que as moradeias, quando circunscritas em curto ambito, e em terrenos baixos, correspondem, na maioria, a outras tantas *villae* ou *villulae*, e está aí de certo o protótipo dos «montes» alentejanos, cuja organização familiar tem caracter muito romano<sup>1</sup>. Falo de terrenos baixos, porque tambem aos castros dão os Alentejanos o nome geral de *moradeias*.

Assim como certos castros foram romanizados, assim, tambem, por maioria de razão, as restantes povoações cujos nomes lusitano-latinos se mencionaram no anterior sub-capitulo, ás vezes até ennobrecidas oficialmente pelos Romanos com titulos: Bracara *Augusta*, Olisipo *Felicitas Iulia*, Scallabis *Praesidium Iulium*, Eborac *Liberalitas Iulia*, embora eles não passassem para a lingua vulgar. E fundaram-se povoações novas: *Aquae Flaviae* em Tras-os-Montes, *colonia Pax Iulia* no Alentejo, e acampamentos militares que se tornaram cidades: *castra Caeciliana*, *castra Caepiana*, correspondendo talvez ao primeiro as ruínas de Troia de Setubal<sup>2</sup>. Existem ainda hoje povoações portuguezas que estão dentro do ambito de povoações romanas ou lusitano-romanas, como todas as que se mencionaram no sub-capitulo II, e outras cujos nomes ignoramos, e alem d'isso Chaves em *Aquae Flaviae*, Beja em *Pax Iulia*. Na fig. 6 dá-se uma vista do arco romano da Bobadela<sup>3</sup>.

Além dos muitos alcares e moradeias pequenas de que se falou ha pouco, abundam igualmente por todas as nossas provincias ruínas extensas perto de povoações mais ou menos importantes, e com as quais estas podem ter tido alguma relação genetica, por exemplo: perto de Tavira, de Lagos, de S. Tiago de Cacem, de Serpa, de Tomar (á entrada), de Viana do Alentejo. As ruínas que ficam perto de Tavira, na quinta da Torre d'Ares, correspondem a *Balsa*, cidade pre-romana romanizada.

Por outro lado verifica-se pela análise filologica de varios nomes de povoações actuais que as raizes d'estas emergem da epoca romana: *Castendo*, *Izeda*, *Ligares*, *Meixendo*, *Tavares*, etc., os quais

<sup>1</sup> Cf.: *Religiões*, III, 178, e *De terra em terra*, I, 61.

<sup>2</sup> Vid. Marques da Costa na revista intitulada *Cetobriga*, I, 7.

<sup>3</sup> A fotografia que serviu para a gravura foi-me dada pelo Professor Falcão Machado, do Liceu de Santarem. Acêrca d'este arco vid. F. Martins Sarmento, *Relatorio de Archeologia* (da Expedição da Sociedade de Geografia á Serra da Estrela), Lisboa 1883, est. VI.

mal podem explicar-se dentro dos recursos da gramática portuguesa; tem de se recorrer á gramática latina: *castanetum*, *iliceta*, \**ilicares*, \**damascenetum*, \**talavares*.

Achamos assim, em resumo, com grande representação actual, os seguintes grupos de povoados no período lusitano-romano: castros

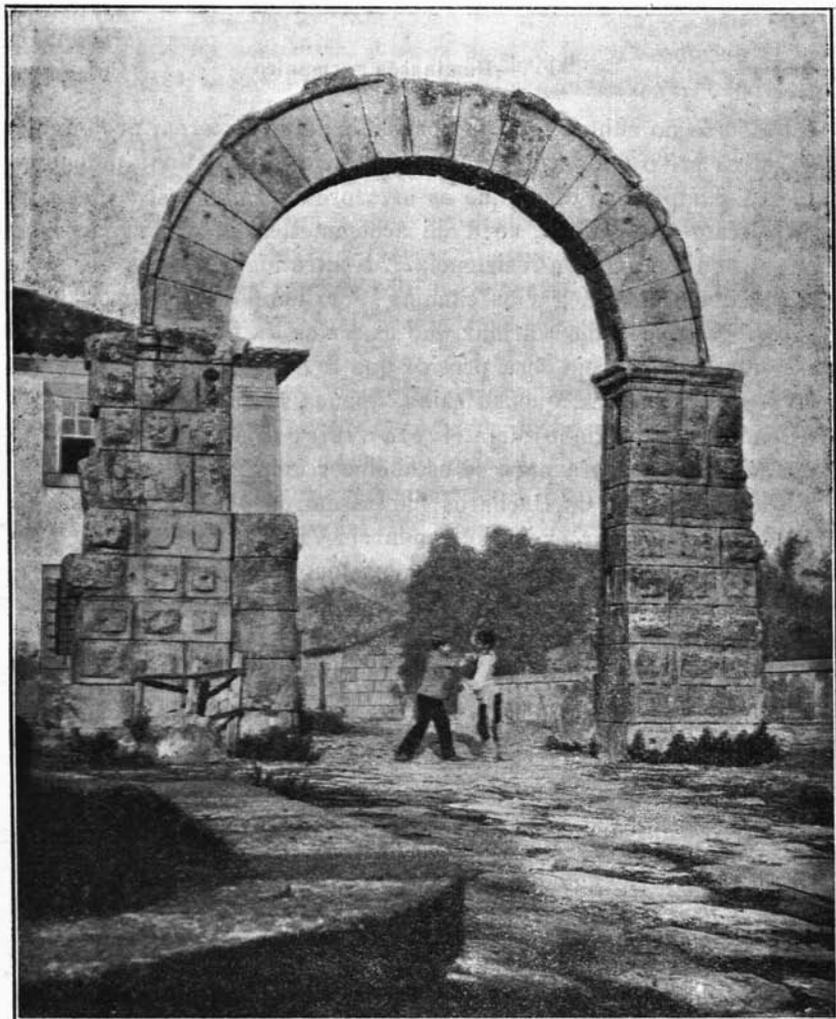


Fig. 6.—Arco romano de Bobadela

romanizados, *villae*, cidades pre-romanas romanizadas, cidades de origem romana. Agreguem-se ainda povoações de outras categorias,

por exemplo: *vici*<sup>1</sup>; estabelecimentos industriais: minas, entre elas o *metallum Vipascense*, ao pé de Aljustrel, e termas, além das já citadas com o nome de *Aquae Flaviae*. Não deverá deixar de se pensar também naquilo que porventura se relacione com comunidades cristãs, de cuja existencia no nosso territorio possuimos noticias certas desde o sec. III<sup>2</sup>.

#### IV.—Dominação germanica

Falou-se no sub-cap. III da possibilidade de se terem prolongado os castros até o tempo dos Germanos. Esta ideia a tinha defendido Alberto Sampaio ao dizer que os invasores germanicos, á chegada, se alojaram nas «vilas», «e d'ahi accommetteriam as citanias e os castros, d'onde partia a resistencia»<sup>3</sup>. Noutro lugar precisa melhor a sua ideia, fazendo chegar as citanias só ao tempo dos Suevos (411—585)<sup>4</sup>. Para se poder afirmar que os povos da Germania influiram na civilização castreja, era preciso que a Archeologia dêsse d'isso provas positivas: ora, que eu saiba, apenas se encontrou no Castro de Cendufe (Alto Minho) uma fivela visigotica<sup>5</sup>,—o que evidentemente é pouca cousa para se estabelecer uma generalização<sup>6</sup>.

Não consta que os Barbaros fundassem cá povoações, como na Hespanha, onde, por exemplo, fundaram Vitoria, no tempo de Leovigildo; as povoações que entre nós existem de nomes germanicos—e são inúmeras—datam sempre ou quasi sempre do tempo da Reconquista, como resultantes de «vilas» ou quintas<sup>7</sup>. Os AA. cristãos, quando se referem á invasão, põem sòmente diante dos nossos olhos destroços que ela deixaria, por exemplo, Idacio. Não ha dúvida que alguma verdade transluz em tais asserções, ainda que de certo

<sup>1</sup> Cfr. *Vicani* uma inscrição de Amarante, no *Corpus*, II, 6287, já mencionada a este respeito por A. Sampaio, *Estudos*, I, 91.

<sup>2</sup> *Religiões*, III, 537—538.

<sup>3</sup> *Estudos*, I, 513.

<sup>4</sup> *Estudos*, II, 175.

<sup>5</sup> Alves Pereira in *AP*, XIII, 204.

<sup>6</sup> Sem duvida, Idacio, *Chronica*, ano de 430, diz que a plebe da Galecia se defendia dos Suevos em «castelos»: . . . *quae castella . . . tenebat*. Mas correspondiam estes *castella* aos *castros* ou a fortalezas da epoca romana?

<sup>7</sup> Cf.: Pedro de Azevedo in *AP*, II, 180(—181), nota 1; e os meus *Opusculos*, III, 142, 344, etc. E vid. o que se dirá adiante no cap. II.

exageradas; um povo não pôde viver longo tempo em meio de ruínas. A dilapidação segue-se freqüentemente restauração.

Muitas das povoações, de que nos sub-capítulos II e III do cap. I se indicaram os nomes pre-romanos ou romanos, persistiram no período de que estamos falando, e é possível que algumas das moradeias e outras ruínas, a que supra se aludiu, conservem reflexos d'então. Crê-se que em Bracara tiveram os Suevos algum tempo a sua côrte<sup>1</sup>; e se a cidade foi desbaratada cêrca de 456 por Theodorico II, rei dos Visigodos<sup>2</sup>, aí perto fundou nos meados do seculo VI Theodomiro, rei suevico, a igreja e convento de Dume; e na propria cidade construiu S. Fructuoso, no sec. VII, em pleno dominio visigotico, a igreja de S. Salvador de Montelios, de que se conservaram até hoje restos notaveis<sup>3</sup>. Tambem ao sec. VII pertence a igreja de Balsemão, segundo os especialistas<sup>4</sup>; e Gómez Moreno julga derivada da arte indigena dos castros romano-celticos a ornamentação d'ela<sup>5</sup>. É por moedas visigoticas de igual seculo que possuímos o mais antigo conhecimento de Viseu, ou *Veseo*, e Lamego, com os seus nomes, embora tais cidades devam provir de eras mais remotas<sup>6</sup>. Aos Visigodos atribuem alguns AA. a origem da Sé de Lisboa, e os primordios das fortificações da mesma cidade, posto que a tradição nos diga terem sido os Mouros os construtores d'estas, o que até se manifesta na denominação usual das mesmas: *cêrca moura*<sup>7</sup>.

Durante toda a dominação germanica viveram sociedades cristãs na Lusitania, e já desde a epoca anterior, como se disse supra, p. 200: conhecemo-las por textos epigraficos e textos historico-literarios: Pace (Beja), Myrtilis, Olixibona, Exonoba (= Ossónoba), Egitania, Conimbria, Elbora, etc.<sup>8</sup>. Além dos templos que ficam men-

<sup>1</sup> *Religiões*, III, 556.

<sup>2</sup> *Religiões*, III, 575-576.

<sup>3</sup> Aguiar Barreiros, *A capella de S. Fructuoso*, Porto 1919. Cf. Gomez Moreno, *Iglesias mozárabes*, I (Madrid 1919), 97.

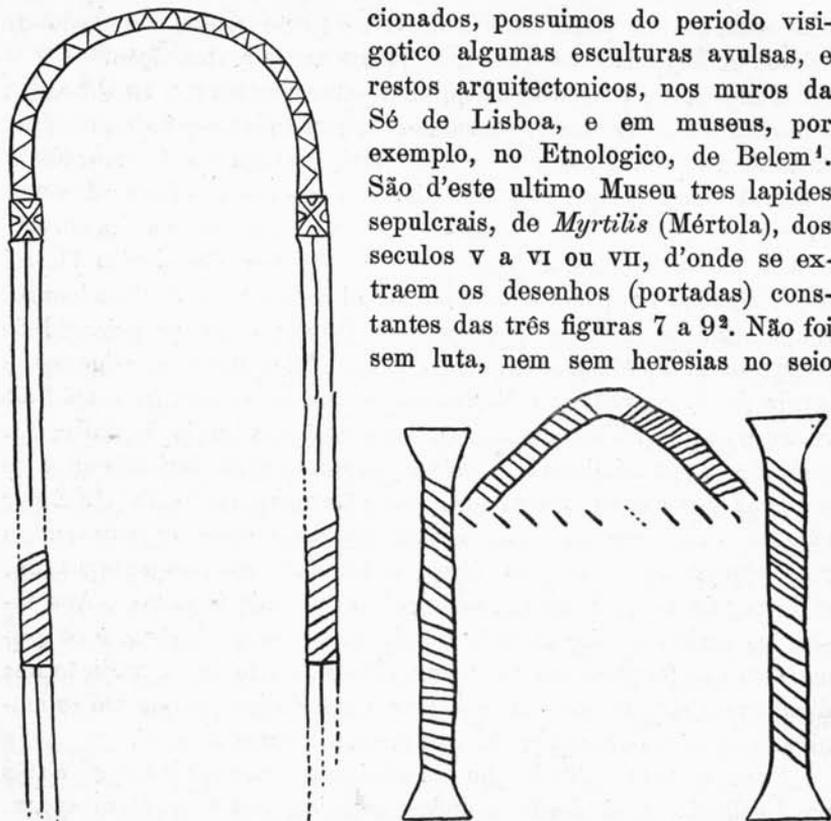
<sup>4</sup> D. José Pessanha, *Arquitectura pre-romanica em Portugal*, Coimbra 1927, pp. 21 e 25.

<sup>5</sup> *Iglesias mozárabes*, já cit., I, 98.

<sup>6</sup> *Religiões*, II, 33. Com *Lamego* relaciona Hübner *Lamaticom*, que se lê numa inscrição de Lamas de Moledo: *Mon. ling. Ibericae*, p. 184.

<sup>7</sup> Vid. Vieira da Silva: *O Castello de S. Jorge*, Lisboa 1898, p. 50; *A Cerca moura de Lisboa*, Lisboa 1899, pp. 11 e 88. A respeito da muralha de Lisboa disse também Herculano: «arabe ou talvez goda», nos *Opusculos*, VI, 10 (3.<sup>a</sup> ed.).

<sup>8</sup> Vid *Religiões*, III, 581-583.



Figs. 7 e 8. —Portadas da epoca visigotica

d'ela, que a nova religião se implantou<sup>3</sup>: e a Recarêdo I, rei dos Visigodos (586-601), se deve a definitiva introdução do catolicismo na Peninsula<sup>4</sup>.

Do tempo dos Germanos datam as nossas primeiras dioceses<sup>5</sup>, e tambem então começou o monaquismo no nosso territorio, mais

<sup>1</sup> Vid. a sua secção visigotico-lapidar.

<sup>2</sup> Assentam em desenhos feitos por F. Valença, Desenhador do Museu. — A fig. 7 (sepultura de *Satirio*, do ano de 489) vem nas *IHC*, n.º 312; a fig. 8 (sepultura de *Andreas*, do ano de 525) vem *ibidem*, n.º 304; a fig. 9 (sepultura de *Exuperatus*, sem data)? supponho que está inedita, e tem no Livro de entrada dos objectos do Museu o n.º 6:473.

<sup>3</sup> *Religiões*, III, 560-561.

<sup>4</sup> *Religiões*, III, 580, e nota 1, e as obras lá citadas.

<sup>5</sup> Fortunato, *Hist. da Igreja*, I, 119-137.

particularmente no reinado dos Suevos, segundo o que os historiadores têm averiguado<sup>1</sup>.

#### V.—Ocupação arabica

A dominação arabica, que principiou por 711, se pôde considerar-se geral nos primeiros momentos, perdeu passados uns decenios a região de Entre-Douro-e-Minho (e a Galiza), onde a sua acção parece que foi deminuta<sup>2</sup>. É certo que, como escreve Sampaio, «no Norte do Douro, depois d'Afonso I<sup>3</sup>, os Sarracenos fizeram irrupções por mais de uma vez; feriram-se batalhas sanguinolentas; mas elles nunca mais se demoraram, senão os breves momentos de uma expedição militar; não alteraram a população ou regime social, nem exerceram preponderancia ou influencia»<sup>4</sup>. O onomastico tambem, pelo seu lado, não revelou por ora grande cousa a tal respeito no Minho<sup>5</sup>; em todo o caso aguardemos que neste restrito assunto appareça algum trabalho especial que confirme ou infirme as conclusões dos historiadores. De Tras-os-Montes não sabemos quasi nada, ou nada; mas aí aconteceria pouco mais ou menos o mesmo que no Minho. Sô-

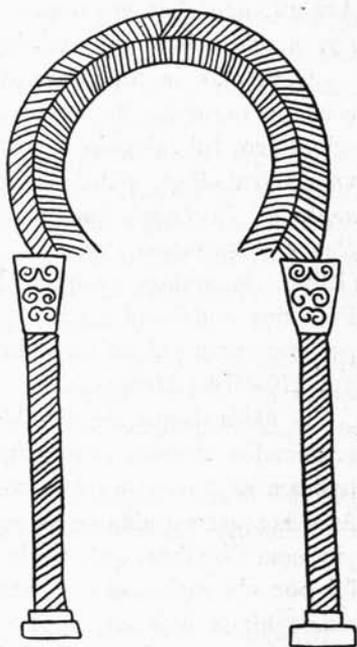


Fig. 9 — Portada da época visigotica

<sup>1</sup> Fortunato, *Hist. da Igreja*, I, 54, 99. Quanto a Dume, de que ele fala, cf. tambem: Mgr. Ferreira, *Fastos episcopais de Braga*, I, 58, e A. Sampaio, *Estudos*, I, 49.

<sup>2</sup> Vid. A. Sampaio, *Estudos*, I, 9-10, 139, e 520; e cf. *Fronteiras*, p. 1276, e os meus *Opusculos*, III, 143. — Quanto a vestigios materiais da acção dos Arabes na Galiza, diz-me o seguinte, em carta de 31 de Março de 1931, o S.<sup>or</sup> D. Ángel del Castillo, arqueologo que muito bem sabe dos monumentos d'aquella provincia: «no conozco, ni creo que haya en toda Galicia, ningún edificio grande ni pequeño, de arquitectura árabe».

<sup>3</sup> [das Asturias: 739-756].

<sup>4</sup> *Estudos*, I, 10.

<sup>5</sup> Almeida no concelho de Lousada; *Almofala* no de Felgueiras; *Alqueidão* (D. Lopes, *Toponimia*, II, 9); *Almofrela?* *Almorode?*

mente da Beira e do Sul sabemos com certeza que aí dominaram os Arabes muito tempo, ainda que com grandes alternativas, como já se disse supra (*Fronteiras*, pp. 1275-1276).

De civilização muito superior á dos Germanos, e por mais tempo senhores da mór parte da terra que depois se chamou *Portugal*, os Arabes, não obstante o que fica dito, exerceram aí, no que toca ao povoamento, influencia tambem maior do que aqueles.

O estudo da toponimia diz-nos que ha, de facto, muitas povoações portuguesas de nomes arabicos. Este estudo, sob o aspecto scientifico, foi iniciado entre nós pelo D.<sup>or</sup> David Lopes, que, entre varios trabalhos, publicou dois artigos com o titulo de *Toponimia arabe de Portugal*, que particularmente aqui importa citar: um na *Revue Hispanique*, vol. IX (1902), e o outro na *RL*, vol. XXIV (1926), de ambos os quais fez separatas, com paginação propria. Podemos considerá-los n.<sup>o</sup> I e n.<sup>o</sup> II, e assim se citarão. Ao n.<sup>o</sup> II pertence uma adição inserida pelo mesmo autor no vol. XXV da *RL*, pp. 270-274 (*Alvalade*).

É natural que nem todas as povoações de nomes arabicos ou arabizados tenham essa origem, pois os Arabes, se por vezes destruíram as povoações que conquistaram aos cristãos, reparavam-nas ás vezes em seguida, e as repovoavam, como aconteceu, por exemplo, com Coimbra, que, tendo sido desbaratada por Almançor em 987, foi por ele repovoada de Sarracenos, após sete anos<sup>1</sup>: em Coimbra existe ainda hoje um arco chamado arabicamente *de Almedina*, palavra que quer dizer «a cidade». Em Lisboa ha o bairro de *Alfama*, palavra que significa «as termas», e em Lamego a igreja de *Almacave*, palavra que vale tanto como «o cemiterio»<sup>2</sup>. Beja é a palavra latina *Pace* ou *Paca* transformada por boca maometana<sup>3</sup>. *Cacela* é outra palavra latina, castella, de *castellum*, arabizada<sup>4</sup>. Palavra analoga é *Alcaccer* = al-castrum<sup>5</sup>, com o artigo *al* prefixado. Todas as mencionadas povoações ascendem a tempos pre-arabicos, como sabemos pela Historia e pela Arqueologia. O chamar-se *Alcaccer* uma povoação não bastaria para se dizer que ela revelava influencia arábica, porque *alcacer*, «castelo», «paço», entrou na lingua comum,

<sup>1</sup> Herculano, I, 150.

<sup>2</sup> David Lopes, I, 17; II, 6.

<sup>3</sup> Vid. *Lições de Filologia*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 36, onde se cita outro trabalho do D.<sup>or</sup> D. Lopes.

<sup>4</sup> D. Lopes, I, 9-10.

<sup>5</sup> Cfr. D. Lopes, I, 10.

posto que com uso limitado, e poderia aplicar-se sem significação arabica; mas no caso de Alcacer do Sal nenhuma dúvida se dá, porque a Historia nos informa de que Arabes possuíram a terra, e d'isso deixaram reliquias. Já não se dirá o mesmo de povoações chamadas *Alcaide*, por exemplo, nos distritos de Braga e Porto, visto pertencer *alcaide* ao vocabulario quotidiano, onde designava certo cargo público; e exactamente foram aqueles distritos dos menos arabizados. Em circumstancias semelhantes estão *Almuinha*, *Atafona*, *Azenha*, etc., que correspondem a vocabulos muito vulgares.

Palavras arabicas, exclusivamente empregadas como topónimos, são, por exemplo: *Açumar*, *Alcochete*, *Alfafar*, *Almada*, *Almeida*, *Almodóvar*, *Almofala*, *Alqueidão*, *Alvor*, *Azeitão*, *Azoia*, *Benafátima*, *Loulé*, *Marrão*, *Povolide*, — estudadas por David Lopes nos dois mencionados opusculos<sup>1</sup>: e temos nelas, sem dúvida, testemunho de povoamento ou importante colonização de Arabes.

A par com denominações alteradas, como *Cacela* e *Alcacer*, ha pouco citadas, ha-as que substituem denominações antigas, por exemplo, *Faro*, em vez de *Ossónoba*<sup>2</sup>, que nos é documentada desde os tempos proto-historicos (vid. supra, p. 193)<sup>3</sup>.

A nossa geografia, principalmente de Coimbra para o Sul, até o mar do Algarve, no periodo de que se está tratando, conhecemo-la

---

<sup>1</sup> Acêrca de *Loulé*, vid. do mesmo autor *Os Arabes em Herculano*, p. 80.

<sup>2</sup> D. Lopes, I, 33 sgs.

<sup>3</sup> Nos tempos pre-romanos e romanos *Ossonoba*, no tempo dos Romanos e Arabes *Santa Maria* (cf. adiante), *Faro* no periodo português: D. Lopes, I, 43. Escreve este autor: «Ossonoba não parece ser a mesma povoação que os arabes chamavam *Santa Maria*, por quanto Ibne Alabar nos diz que esta era o porto d'aquella, mas as inscrições latinas que têm sido encontradas nas muralhas de Faro provam que não devia ser longe». *Ibidem*, pp. 43-44. Acêrca de inscrições romanas de Faro vid. tambem *AP*, v, 43-44, o xxii, 124, 125, 126. O que Ossonoba não podia ter sido era Milreu, que ficava mais longe, embora nas ruinas do castelo de Faro se encontrassem três colunas de marmore, idas de Milreu, como se prova das bases que aqui ficaram, e lhes correspondem, — segundo me comunicou o D.<sup>or</sup> Coelho de Carvalho. Compreende-se que fossem de longe colunas, como estas, por serem grandes; mas para que iriam lapides pequenas como outras que se encontram em Faro? Em Milreu havia, sim, umas termas importantes, e um templo, — de que ainda resta algo —; igualmente por aí aparecem sepulturas.

em parte por escritores d'esse tempo, e mais que todos por Edricí, que escreveu nos meados do sec. XII<sup>1</sup>.

Povoações antigas muito arabizadas foram, tambem, por exemplo: Santarem, Evora, Mertola, alem das já citadas Lisboa, Alcacer, Cacela, e Ossonoba, de todas as quais aquele geografo nota algumas particularidades<sup>2</sup>.

Outra povoação muito arabizada, ainda que não sabemos nada da sua origem historica, era Silves, de que Edricí até lembra que a população, tanto da cidade como das aldeias vizinhas, se compunha de Arabes do Yemen (Arabia Feliz) e de outros, «que falavam um dialecto arabico muito puro»<sup>3</sup>.

Um dos Cruzados que ajudaram D. Sancho I na conquista de Silves em 1189, e que é pois uns 35 anos posterior a Edricí, refere-se igualmente a Silves, na descrição que nos deixou da empresa, e dá a cidade como muito mais forte, mais rica e de melhores edificios que Lisboa; no fim do cerco ainda ficavam vivas 15:800 pessoas de ambos os sexos<sup>4</sup>.

Ao dominio arabico de Silves, continúa ele, pertenciam Lagos, Alvor, Portimão, Montagudo, Messines, Paderne, etc.<sup>5</sup>.

Que pena que do dominio arabico, que durou quasi cinco seculos, não nos ficassem senão magrissimos residuos architectonicos, que não dão ideia sufficiente do que deviam ter sido os seus edificios! Alguns capiteis, guardados religiosamente em museus<sup>6</sup>; uma porta, de arco de ferradura, que se descobriu ultimamente em Faro,<sup>7</sup> e que é comparavel ás que figuram em selos de Santarem, do sec. XIII<sup>8</sup>;

<sup>1</sup> Serve aqui a seguinte edição: *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, com tradução, notas e glossario de R. Dozy & De Goeje, Leiden 1866. A *Geografia* de Edricí foi terminada em 1154; mas o seu autor fez-lhe ulteriormente adições. *Ob., cit.*, p. IV.

<sup>2</sup> Pp. 219, 223, 226.

<sup>3</sup> P. 217.

<sup>4</sup> Vid. Silva Lopes, *Relação da derrota naval*, etc., Lisboa 1844, p. 36. *Derrota* está aqui no sentido classico de caminho maritimo.

<sup>5</sup> *Ob. cit.*, p. 42.

<sup>6</sup> De um do Museu Regional de Santarem, e de três que reuni no Museu Etnologico, publicaram-se fotogravuras na *Hist. de Portugal* dirigida por D. Peres, I, 404 e 415 (num artigo de David Lopes).

<sup>7</sup> *De terra em terra*, II, 249-250.

<sup>8</sup> Publicados por Pedro de Azevedo no *AP*, III, 173-176, com desenhos litograficos. Cf. a minha citada obra, *ibidem*.

acaso pedaços das antigas fortificações de Lisboa<sup>1</sup>, do castelo de Silves<sup>2</sup>, e por ventura do de Alcacer<sup>3</sup>; duas janelas *mouriscas* ou *mudéjares* numa torre do edificio dos Loios em Evora<sup>4</sup>. E pouco mais haverá. Cf. figs. 10 a 11 (capiteis do Museu Etnologico)<sup>5</sup>.

Portugal é muito pequeno; e ao passo que o dominio arabico em Hespanha chegou até os fins do sec. xv, entre nós acabou uns 240



Figs. 10 e 11.—Capiteis arabicos do Museu Etnologico

anos antes,—e desde o primeiro quartel do sec. xii estiveram os dominadores continuamente inquietados pelos Portugueses, que lhes não davam treguas, como já antes o haviam estado no mesmo territorio pelos reis de Lião e das Asturias: mais deviam pois procurar construir solidas fortalezas militares, do que dedicar-se a obras de arte. Além d'isso, como diz o Prof. David Lopes, «o nosso territorio ficava, a bem dizer, na periferia do país muçulmano, e vivia á margem d'ele: o seu coração era a actual Andaluzia e regiões con-

<sup>1</sup> Vid. o que se disse supra, p. 201.

<sup>2</sup> Silva Lopes, *Memorias para a hist. eccles. do Algarve*, 1848, pp. 117-125; Pedro M. Judice, *Atravez de Silves*, 1911, p. 117 sgs.

<sup>3</sup> Herculano, I, 406.

<sup>4</sup> G. Pereira, *Estudos eborenses*, n.º 4 (Loios), p. 18. E vid. pp. 20-21 acêrca da acção que, segundo ele, a arte arabica (*mourisca* ou *mudéjar*) exerceu no estilo manuelino de Evora. D. José Pessanha, *Arquitectura pre-romanica em Portugal* (já cit.) p. 54, attribue ao sec. xvi as janelas eborenses.

<sup>5</sup> Na *Hist. de Portugal*, de Damião Peres (já cit.), I, 420.

finantes, até Toledo de um lado, até Saragoça do outro»<sup>1</sup>. Por todas estas razões não produziu a civilização islâmica em Portugal nada que possa comparar-se com o que deixou em Hespanha.

Poisque os Arabes admitiram sob o seu governo, na Hispania, grupos de cristãos que, sem perderem a lingua materna (românica), muito embora conhecendo a arabica, e sem renunciarem as crenças religiosas de seus maiores, vieram a adoptar os costumes dos vencedores — grupos chamados por isso Moçárabes ou «tornados Arabes» — pelo que em muitos casos serviram de medianeiros entre a civilização arabica e a peninsular, consagrar-se-lhes-hão aqui umas linhas a fim de que se estabeleça ligação d'este sub-capitulo com o antecedente, reservando-se para o liv. II, parte 2.<sup>a</sup>, da presente obra, o mais que importa dizer<sup>2</sup>.

Os Moçárabes pôde supor-se que contribuíram para o incremento de povoações por edificios dependentes do culto ou de algum modo relacionado com ele, porque não raro em tórno de uma igreja, de um mosteiro, de uma residencia paroquial ou episcopal concorrência de fiéis e necessidades industriais e comerciais, que surgem logo de princípio, fazem que a pouco e pouco se estabeleça casario, como no decurso da presente obra por vezes se exemplificará. É certo que, directamente, só conhecemos um templo moçárabico em Portugal, pelos preciosos restos que existem d'ele em S. Pedro de Lourosa, lugar de 74 fogos, do concelho de Oliveira do Hospital, templo edificado, como parece, em 912<sup>3</sup>; mas a Historia e a Epigrafia falam-nos da existencia de outras comunidades cristãs do nosso territorio no tempo dos Arabes, em parte conhecidas já desde o ante-

<sup>1</sup> As gravuras assentam em fotografias amavelmente tiradas pelo S.<sup>or</sup> Tertuliano Costa, da Imprensa Nacional de Lisboa.

<sup>2</sup> Acêrca do bilinguismo dos Moçárabes vid. o que se escreveu na *Antroponimia Portuguesa*, pp. 384-387; e sobretudo *Los Mozárabes de Toledo*, de Gonzalez Palencia, vol. preliminar, Madrid 1930, pp. 129 sgs. Da lingua românica dos nossos Moçárabes pouco sabemos ou nada, porque nos faltam documentos. Quanto á Hespanha vid. o que de Codera, e Pidal diz David Lopes, *Os Arabes em Herculano*, p. 205 sgs. Em 1926 tratou Pidal outra vez do assunto com desenvolvimento em muitos lugares da sua notavel obra *Origenes del español*.

<sup>3</sup> Deste templo moçárabico trataram, entre outros: Gómez Moreno, *Iglesias mozárabes* (já cit.), I, 100-104; e D. José Pessanha, *Arquitectura pre-românica em Portugal* (tambem já cit.), p. 43 sgs. Cf. outrossim Fortunato de Almeida na *Ilustração moderna*, n.º 49 (1931), p. 258.

rior periodo: Moçarabes da Beira (Arouca, Sever do Vouga, territorio de Coimbra)<sup>1</sup>; inscrições de Mertola e de Tavira<sup>2</sup>; várias dioceses<sup>3</sup>; monaquismo<sup>4</sup>. Geografos arabes deixaram-nos descrições das igrejas de Santa Maria de Faro, e do Corvo (no Cabo de S. Vicente)<sup>5</sup>. D'esta última até diz Edrici que ela disfrutava rendas consideraveis, que pela mór parte provinham das terras que possuia em várias partes do Algarve, por deixas de devotos; á mesma igreja pertenciam varios ser-viçais, e aí iam muitos estrangeiros<sup>6</sup>. Note-se que estamos em meados do sec. XII, cem anos antes da definitiva conquista ou reconquista do Algarve.

Nesta resenha de geografia retrospectiva o autor só quis tratar de povoações actuais, a que, com base documental, se pode attribuir origem antiga. Pois quantas outras povoações não ha, ou não haverá, por todo o Portugal, que ascendam a remotas eras?

Miseras aldeias se nos deparam, por exemplo, em apartados rincões da Beira e do Norte, com casas de pedra solta e de telhado de colmo ou de lousa, que mais parecem herdeiras directas de lugarellhos pre-historicos, tais como a Arqueologia imaginosamente os recompõe, do que nascidas agora!

J. L. de V.

### Nova organização do Museu

A organização do Museu Etnológico Português, estabelecida por decreto n.º 559, de 11 de Junho de 1914, teve, por virtude do desenvolvimento dêsse estabelecimento scientifico, de ser alterado a pouco e pouco.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 28.º do decreto n.º 12:426, de 2 de Outubro de 1926, concedeu o decreto com força de lei n.º 12:492, de 14 de Outubro do mesmo ano, no seu artigo 18.º, autonomia administrativa ao Museu Etnológico; pelo decreto n.º 13:454, de 7 de Abril de 1927, publicado no *Diário do Govêrno*

<sup>1</sup> G. Barros, II, 5, 17, 18 sgs.

<sup>2</sup> *Religiões*, III, 582; *IHC*, n.º 299.

<sup>3</sup> Fortunato, *Hist. da Igreja*, I, 157-163.

<sup>4</sup> Fortunato, *ob. cit.*, I, 152-157; G. Barros, I, 247.

<sup>5</sup> Vid. David Lopes: *Toponimia*, I, 29; *Os Arabes em Herculano*, p. 74. Reporta-se a Edrici e outros.

<sup>6</sup> *Geografia*, pp. 218-219.